



Uma invulgar inscrição rupestre romana na encosta meridional do Castro de São Domingos, Cristelos, Lousada

ARMANDO REDENTOR¹

PAULO LEMOS²

HUGO NOVAIS³

MANUEL NUNES⁴

1 Docente e Investigador. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC) / Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6459-3285>

2 Arqueólogo. Araducta Arqueologia.

3 Geólogo.

4 Arqueólogo. Município de Lousada.

RESUMO

O presente artigo versa sobre uma inscrição rupestre que, no passado ano de 2022, foi identificada numa das vertentes do Castro de São Domingos. Nele se realiza a apresentação desta excepcional novidade epigráfica e a discussão do seu sentido no contexto do povoado, bem como da sua relevância no quotidiano antigo, atendendo ao seu carácter imprecativo associado à marcação de propriedade.

PALAVRAS-CHAVE

Povoamento romano; propriedade privada; imprecavação; *conuentus Bracarum*; *Hispania citerior*.

ABSTRACT

This article is about a rock inscription that, in 2022, was identified on one of the slopes of Castro de São Domingos. It presents this exceptional epigraphic novelty and the discussion of its significance in the context of the hillfort in Roman times, as well of its relevance in ancient daily life, given its imprecative nature associated with the marking of property.

KEYWORDS

Roman settlement; private propriety; imprecation; *conuentus Bracarum*; *Hispania citerior*.

O Castro de São Domingos na investigação arqueológica

A pesar de constar nas Inquirições de 1258 alusão ao Castro de São Domingos, será apenas nos inícios do século XVIII que o padre Carvalho da Costa (1706, p. 382), a propósito da freguesia de Cristelos, tece os primeiros comentários “científicos” acerca do sítio arqueológico: “aqui está o Monte de Crasto de S. Domingos, que tomou este nome de huma Capella que teve deste Santo: tem sinais de fortificação, que pelo nome supomos ser dos Romanos”. A referência medieval patente nas aludidas inquirições de D. Afonso III é, do ponto de vista interpretativo, bem mais exígua, como se expõe a resposta do inquirido na paróquia de Santo André de Cristelos: “item, dixit quod habetur ibi unum crastum et fuit populatum: et dixit quod omnes qui morantur in ipsa villa partierunt illud inter se et laborarant illud” (Herculano, 1897, p. 542).

Já no último quartel do século XIX, Augusto Barbosa de Pinho Leal (1874, p. 450) reitera as informações veiculadas pelo padre Carvalho da Costa, dando conta que “n’esta freguezia ha o monte do Crasto, onde ha vestígios de fortificações, do tempo dos romanos”. Poucos anos depois, após visita ao local, presumivelmente entre 1880 e 1882, Francisco Martins Sarmiento (1989, p. 26) identifica o Castro de São Domingos pela primeira vez na literatura, referindo que “foi uma valente fortificação, principalmente para o lado da Ribeira. São ainda muito visíveis para todos os lados os taludes de mais que uma muralha, em parte 3, sendo mais que certo que as muralhas ainda existem. Vêem-se fragmentos de telha romana, e o mais curioso fragmento foi de um fundo de louça vermelha, com uns restos de verniz”.

Em 1887, Augusto Vieira (1887, p. 355) acrescenta que “no monte do Crasto ha vestígios de fortificação antiga, romana provavelmente conforme o proprio nome e até o da freguezia o estão dizendo”.

No século XX, merecem realce os escritos do padre Francisco Peixoto (1913, p. 1) sobre o sítio e que davam conta do aparecimento de umas “moedas semelhantes às nossas de cinco reis do tamanho de fôrmas, muito sujas, que eram por certo numismas dos imperadores romanos e acrescenta que um tal de José Pêlo tirou dentre um entulho dois púcaros de barro negro [...] que esses púcaros ou panelas tinham as orelhas muito pequenas, fôrma que os romanos costumavam dar a essas vasilhas que se tem encontrado em tantos outros castros e estações desse tempo”.

Outros autores, como Fernando Lanhas (1971, p. 575), Armando Coelho Ferreira da Silva (1986, p. 84) e Lino Tavares Dias (1997, p. 302), também se detiveram em considerações sobre este povoado, muito embora se deva a Domingos de Pinho Brandão a primeira recolha de materiais arqueológicos, ocorrida em 1957, os quais viriam a ser depositados no Museu do Seminário Maior (cf. Pinto, 2008, p. 51) e alvo de um primeiro estudo por parte de Adília Alarcão (1958, pp. 262-264). Será, porém, apenas em 1992 que voltará a haver novas informações acerca do povoado, na sequência das considerações tecidas por Marcelo Mendes Pinto aquando da realização da carta arqueológica de Lousada, na qual refere o aparecimento de um denário de prata, do tempo de Augusto, emitido entre os anos 7 e 6 a.C. (Sousa, 2022, p. 79).



Figura 1. Localização do Castro de São Domingos, freguesia de Cristelos, concelho de Lousada (Santos, 2023).

Figura 2. Vista geral do Monte de São Domingos onde subsiste o povoado da Idade do Ferro (perspetiva a partir de sudoeste).



Pese embora a tibieza dos contributos científicos pioneiros, o Castro de São Domingos tornar-se-á objeto de uma investigação aturada e continuada a partir da década de 90 do século XX graças às campanhas de escavação arqueológica aí levadas a cabo, inicialmente por Marcelo Mendes Pinto, entre 1994 e 1998, e, depois, entre 2009 e 2011, por Manuel Nunes, Paulo Lemos e Joana Leite (Lemos, Nunes e Leite, 2015). A partir de 2017 e até à presente data, destacam-se as intervenções dirigidas por Paulo Lemos (2020, p. 1277-1290), na área da hodierna e localmente denominada Casa Romana do Castro de São Domingos, e de Luís Sousa, no âmbito do projeto de investigação direcionado para o topo do povoado (Sousa, 2022, p. 82).

1. Uma breve contextualização cronocultural

O Castro de São Domingos constitui o maior e mais bem preservado povoado proto-histórico¹ identificado ao longo da bacia do rio Mezio, território que atualmente se insere, na sua quase totalidade, no concelho de Lousada (distrito do Porto). O povoado, dominando visualmente todo o vale daquele rio, encontra-se implantado num monte com ótimas condições naturais de defesa, reforçadas por, pelo menos, três ordens de muralhas e um fosso, entre as quais se terão inscrito preferentemente as estruturas habitacionais. Preserva importantes vestígios construtivos pré-romanos e de época romana, com ocupação comprovada a partir do século V a.C., abrangendo as denominadas Fases IIA e IIB (do século VI a.C. à segunda metade do século III a.C.) e Fases IIIA e IIIB (do século II a.C. à segunda metade do século I d.C.) da “cultura dos castros” (Silva, 1986, pp. 65-66). Na sequência dos trabalhos desenvolvidos entre 2017 e 2020 na parte central do povoado, no âmbito do projeto de investigação plurianual PRO-VALMEZIO, foram colocadas a descoberto novas estruturas, domésticas e defensivas, incluindo uma das casas mais bem preservadas do sítio, com cuidado aparelho construtivo e um piso em barro compactado, onde foi observada uma cavidade central destinada a receber o poste de madeira para sustentação da cobertura (Sousa, 2022, p. 82).

A conquista e integração territorial protagonizada por Roma terão sido fatores para induzir um reordenamento espacial associado à reorganização interna dos núcleos familiares – doravante compostos por unidades circulares e unidades subretangulares ou quadrangulares, cercadas por um muro e dando para grandes pátios lajeados –, que levará ao abandono paulatino da coroa do monte em favor das plataformas da meia encosta, preferencialmente a sul e nascente (Pinto, 2008, p. 49). É no decurso deste processo, iniciado antes dos meados do século I, que se terá verificado a implantação de uma área habitacional na encosta virada a sudeste, a denominada de Casa Romana do Castro de São Domingos. A sua descoberta e escavação revelaram uma ocupação de

¹ O ponto central do sítio arqueológico tem as seguintes coordenadas geográficas (WGS 84): 41°16'31.50"N; 08°17'45.96"E; 314 m.



Figura 3. Vista aérea do Setor II do Castro de São Domingos em fase de escavação, no âmbito do projeto PRO-VALMEZIO.

larga cronologia, em que sobressaem diversas dependências de uma estrutura romana (séculos I a III d.C.) que apropriara um pátio lajeado e uma antiga habitação circular da Idade do Ferro (século I a.C.) (Pinto, 2008, pp. 55-56). O alargamento, a partir de 2017, da área inicialmente escavada por Marcelo Pinto, na década de 1990, confirmou a presença de cerca de uma dezena de estruturas habitacionais castrejas agregadas em núcleos familiares, abandonados entre a segunda metade do século I a.C. e a primeira metade do século I d.C. para a edificação de um novo edifício, este de tipologia claramente romana e contemporânea da colocada a descoberto por Marcelo Pinto, na década de 1990 (Lemos, 2019, pp. 46-49).

A comprovar a larga diacronia do sítio, reconheceram-se ainda 63 fossas de morfologia variável, escavadas no substrato geológico sob as estruturas da Idade do Ferro, distribuindo-se no espaço de modo aparentemente aleatório, para uma parte das quais é apontada uma cronologia do Bronze Final e funcionalidade de aprovisionamento, tendo em conta paralelos regionais em povoados desta época (Nunes, *et al.*, 2011, pp. 72-77). No espectro cronológico oposto foi ainda detetado e intervencionado um conjunto de 26 sepulturas de inumação individual, enquadráveis entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, séculos V e VII (Lemos, 2020, pp. 1280-1282; Lemos, Nunes e Magalhães, 2021, pp. 30-34; 2023, pp. 993-1008).



Figura 4. Vista aérea da área da Necrópole alto-medieval da Casa Romana do Castro de São Domingos, sendo perceptível a sobreposição a estruturas da Idade do Ferro e época romana (João Fernando Marques).

2. A inscrição rupestre

Em agosto de 2022, Hugo Ferreira, morador na área do Castro de São Domingos, alerta a equipa de arqueologia que se encontra a dirigir o projeto de investigação da Casa Romana – Paulo Lemos – para a existência de umas letras gravadas num pequeno afloramento da encosta meridional do povoado fortificado de São Domingos.

O estudo autóptico que foi subsequentemente realizado permitiu reconhecer uma inscrição rupestre da época romana.

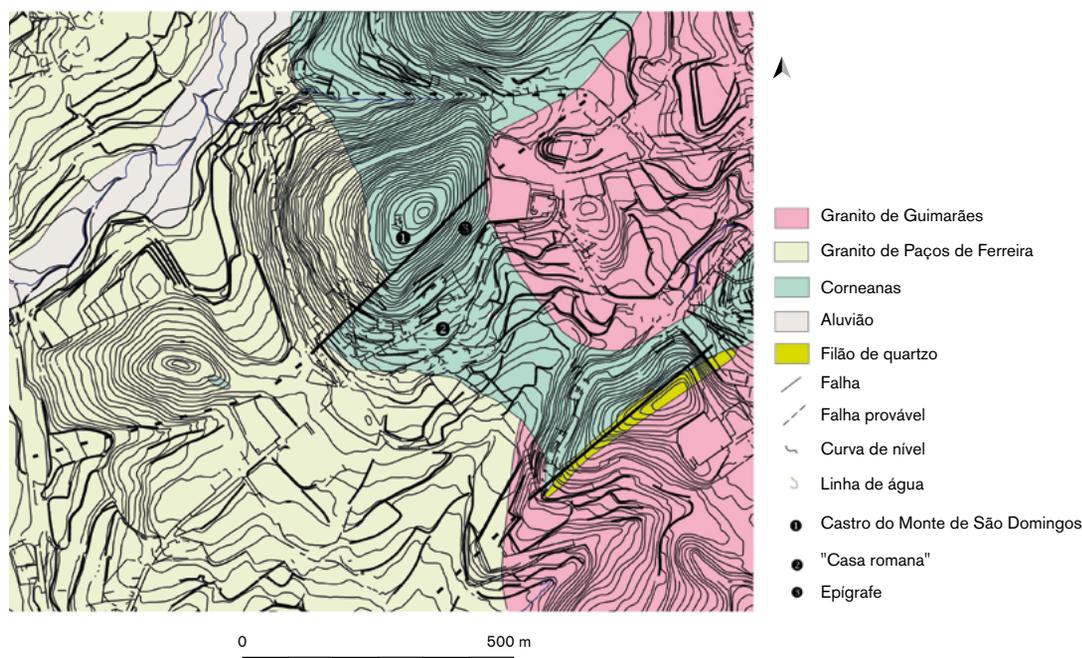


Figura 5. Geologia do Monte de São Domingos.

A área do topo do povoado fortificado e suas encostas sul e norte são dominadas por corneanas pelíticas, de natureza essencialmente micácea, que se estendem por uma faixa delimitada, a este e a oeste, por granitos. O primeiro é um granito porfiroide de duas micas, essencialmente biotítico, bastante grosseiro, que pode designar-se por granito de Guimarães; o segundo, um granito monzonítico de grão médio, porfiroide, essencialmente biotítico, designável como de Paços de Ferreira. É a corneana que se verifica ter grande utilização nas estruturas associadas a muros da Idade do Ferro na área da designada Casa Romana (Novais, *et al.*, 2014, pp. 213).

É precisamente num afloramento de corneana localizado a meia encosta que emerge uma superfície plana e subvertical, bastante discreta, com orientação para sudeste, na qual se encontram gravadas três linhas de texto. Esta superfície corresponde a uma fratura que tem como atitude geral N40E/78SE. Apresenta contorno perimetral irregular e bastante erodido pelos elementos naturais, estando especialmente degradada na parte

superior direita, aspeto que acaba por limitar a conservação do final da primeira linha, sendo estruturalmente plausível que a superfície se alargasse para nascente. Em torno da superfície epigrafada, outras famílias de fraturas são identificáveis, sendo de destacar a fraturação principal N56E/54NW, com nove fraturas numa extensão de um metro. Com um maior espaçamento foram identificadas três fraturas N54E/35SE e duas fraturas N10E/SV, bem como fraturas isoladas N54W/79N, NS/78E e N40E/78SE. Saliente-se que esta última é paralela à fratura que constitui o painel inscrito.

A parte final da linha inicial está afetada por dano na superfície epigrafada e não será de descartar que a última pudesse ter continuidade mais para a direita, de modo a incluir a forma verbal requerida, havendo desse lado vestígios de desmonte inexpressivos, manifestados pelo carácter vincado das arestas do encaixante. O texto gravado destaca-se pela sua simplicidade, conciliando uma identificação pessoal com uma imprecação, aspeto que o torna simultaneamente peculiar e interessante.

P(ublī?) · AVIT̄IIIIS ☽
IOVĒ(m) · MÁX(imum)
IRATVM [HABEAS]?

De *Publius* (?) *Auitis*.

Tenhas (?) Júpiter Máximo encolerizado!

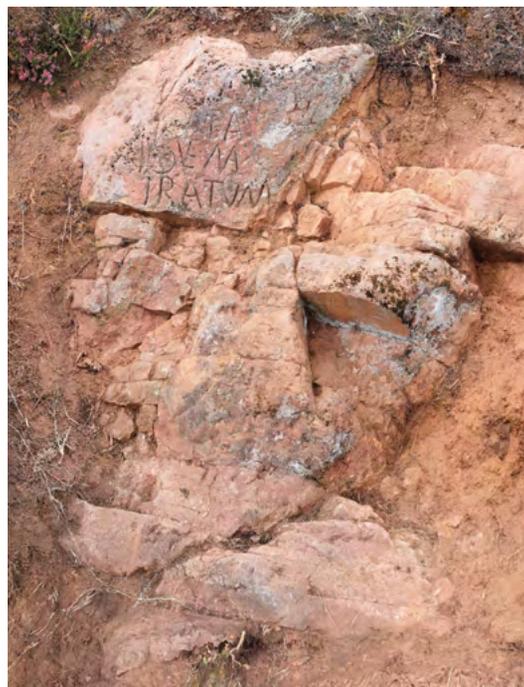


Figura 6. Aspeto do afloramento onde se localiza a inscrição rupestre antes e após os trabalhos de limpeza.

Não se vislumbra existir uma paginação cuidadosamente pensada e executada. As linhas de texto adaptam-se ao contorno da superfície lisa, sendo essa opção manifesta nas duas primeiras linhas, em que a inicial principia mais dentro que a seguinte, acompanhando precisamente a sinuosidade que a limita desse lado. Não obstante, a terceira não indicia o mesmo rigor no preenchimento do espaço, pois, havendo possibilidade de se iniciar ainda mais à esquerda que a mediana, vai começar mais à frente que esta, indo até ao limite da superfície prestável para a gravação, não sendo seguro que a inscrição se prolongasse mais para a direita, embora isso seja possível. Atente-se que a utilização do acusativo associado ao termo *iratum* aponta para um anátema que correntemente implica a forma verbal como *habeas* e que não podemos asseverar se existiu na sequência do qualificativo ou se simplesmente se inferiria.

Na gravação do texto recorreu-se a letras capitais comuns, tendencialmente alongadas, apresentando sulcos relativamente largos e profundos, mas não em bisel, denunciando a utilização de um cinzel plano rombo ou mesmo de um bedame. De todo o modo, evidencia o domínio da arte de gravação de *tituli*, particularmente pelo uso de nexos nas duas primeiras linhas e de interpontuação diferenciada. O primeiro registo desta, entre a abreviatura inicial e o antropónimo que se lhe segue, aproxima-se de uma folha trilobada e o do final da linha afigura-se uma *hedera* muito estilizada, com pecíolo curvo e o limbo reduzido a traço que se lhe atravessa. Na linha intermédia, entre as duas abreviaturas, utilizou-se um ponto redondo. Ambas as abreviaturas incluem nexos correntes: VE na primeira, ligando-se as barras do E à haste do V, e MA, com inclusão de travessão entre as hastes da metade direita do M. Além disso, na sequência desta abreviatura recorre-se, ainda, a uma letra mais pequena, um X, alinhado pela parte superior da linha. O antropónimo completo da primeira linha, tanto quanto é possível apreciar por entre os danos aí ocorrentes, apresenta o nexos triplo VIT realizado com a aposição de uma barra abaixo da extremidade da haste direita do V. A letra final, na atualidade incompleta, seria mais pequena e posicionada acima da linha, como o X da linha intermédia. O *ductus* dos caracteres é relativamente irregular. Destacam-se os A relativamente estreitos e com travessão a alturas distintas, o P de pança contida e o R idêntico, mas com perna lançada a ela unida, os I reduzidos a sulcos tortuosos e o O tendencialmente circular. O V da derradeira linha é algo dissemelhante dos presentes nos nexos das anteriores, havendo também notórias diferenças entre os M, tendo o que se encontra no final da última linha as hastes da metade direita mais elevadas.

As margens entre os limites da superfície epigrafada e o texto são extremamente diferenciadas: a superior corresponde a uma altura de 12 cm e a inferior varia entre 1 e 6 cm e a largura da esquerda varia entre 8 e 26 cm e a da direita entre 1,5 e 14,5 cm. A altura das letras é relativamente regular: 10 cm na linha 1, 9-10 cm na linha 2, ainda que o X tenha apenas 6,5 cm, e 9-9,5 cm na linha 3, na qual, porém, o M se destaca com 11 cm. Os espaços interlineares oscilam entre 0 e 0,5 cm e entre 0,5 e 1,5 cm, primeiro e segundo, respetivamente.

O interesse intrínseco à inscrição relaciona-se com o seu entendimento, ao encontrar-se sobre superfície rupestre implantada a meia encosta de um povoado fortificado



Figura 7. Inscrição detetada no Monte de São Domingos, na área do povoado da Idade do Ferro.



Figura 8. Representação gráfica da inscrição detetada no Castro de São Domingos.

com ocupação pré-romana e que parece despovoar-se na fase seguinte, conforme documenta o povoamento claramente de época romana que se desenvolve na sua base a partir do século I d.C. Em face da identificação de um nome que poderá encontrar-se gravado em genitivo, estar-se-á plausivelmente perante uma marca de propriedade, com a particularidade de se associar a uma admoestação que invoca o *pater Deorum*, ou seja, Júpiter. Regionalmente temos diversos exemplos de inscrições simples, reduzidas a nomes em genitivo, inclusive associadas a contextos ocupacionais de origem pré-romana, que apontam para esta prática de demarcação de propriedade. Tal é bem evidente num conjunto interessante de inscrições da citânia de Briteiros (*CECBpo*, 176, 178-182, 189-190) e até em inscrição rupestre das faldas do Castro de Sabroso (*CECBpo*, 342), nas imediações do rio Ave, onde se encontram depósitos superficiais com argilas pouco espessas, que se sugeriu poder relacionar-se com a posse por parte de um oleiro (Redentor, 2017, I, pp. 355-357).

A nomenclatura pessoal que a inscrição revela tem o seu primeiro elemento abreviado, mas o segundo afigura-se completo na grafia *Auitis*. O seu radical aponta manifestamente para o antropónimo latino *Auitus*, cuja presença na Hispânia se encontra largamente documentada (Lörincz e Redö, 1994, pp. 231-233; Abascal Palazón, 1994, pp. 31, 294-295), sendo também um dos nomes com incidência na parte ocidental do *conuentus Bracaraugustanus*, quer entre os *peregrini* quer entre cidadãos romanos (Redentor, 2017, I, pp. 241-243, 318-322). Não obstante, a terminação desinencial *-is* não deve remeter para a segunda declinação, na qual marca as formas de dativo e ablativo do plural, mas plausivelmente para um tema em *-i(s)* que se encontra regionalmente atestado não só em formas antropónicas indígenas, como *Viriatis*, mas também em formas latinas², inclusive estando já comprovada a ocorrência de *Auitis* a pouca distância de Cristelos, num peculiar altar de Ermida, Penafiel, com uma representação de bovídeo na face esquerda do fuste, dedicado a um *Lar Patrius* por indivíduo identificado como *Ladronus Auitis filius* (*AE*, 1973, 319 = *CECBpo*, 94).

O facto de o primeiro elemento da estrutura onomástica surgir abreviado coloca naturalmente interrogação quanto à sua natureza, nomeadamente a de saber se *Auitis* corresponderá a um cognome ou a um patronímico e se a abreviatura apontará para um *nomen gentilicium* abreviado, compondo uma estrutura duonominial, ou para um idiónimo, de uma nomenclatura peregrina. A abreviatura é característica do *praenomen Publius* e por esta razão a vemos como adaptável ao gentilício com a mesma grafia, cuja expressão na *Hispania* se destaca relativamente a outras partes do Império, embora seja contida (Lörincz, 2000, p. 170; Abascal Palazón, 1994, pp. 206). É bastante verosímil que, para determinados *nomina* relacionados com *praenomina*, se faça uso das abreviaturas pelas quais habitualmente estes se indicam, sendo razoável que isso mesmo possa acontecer com este nome ou com *Appius*, por exemplo (Redentor, 2017, I,

² Esta particularidade foi assinalada nas inscrições do Norte de Portugal por Cortez (1957) e também por Redentor (2017, I, pp. 330-331).

pp. 178-187). A grafia abreviada neste modo já se encontra patenteada noutras inscrições da parte ocidental do espaço conventual bracaraugustano (*CECBpo*, 248, 281, 292), vindo-se privilegiando a sua interpretação precisamente na relação com aquele gentílico.

Regionalmente está também demonstrado que a expressão abreviada de determinados antropónimos é mais comum acontecer com gentilícios e cognomes das nomenclaturas duonominais do que das trinominais (Redentor, 2017, I, pp. 178-179), sendo muito menos expressiva entre as nomenclaturas peregrinas (Redentor, 2017, I, pp. 339-342). Assim, tendemos a validar a hipótese de o nome em causa corresponder a uma estrutura duonominial com gentílico e cognome, aspeto passível de induzir para uma datação não anterior aos meados do século II, o que não deixa de ser condizente com a paleografia, considerando a tendência alongada das letras e o desenho específico de algumas mais características, embora este não possa ser tido como critério absoluto (cf. Redentor, 2017, I, pp. 130-146).

A expressão que se segue a esta plausível afirmação de propriedade de um bem de raiz indissociável do local de implantação da inscrição – como à frente discutiremos – é entendível como uma admoestação preventiva de eventual ato desrespeitoso ou violador do mesmo: *Ioue(m) Max(imum) iratum [habeas]*. A expressão completa, com forma verbal associada, surge epigraficamente documentada em contextos distintos, mas sempre com o intuito de salvaguarda de determinado espaço ou bem.

Identifica-se em Pompeia, no contexto urbano, no ângulo sudeste da *insula* 4 da *regio* III, correspondendo a inscrição, pintada, a aviso seguido de anátema, rezando assim: *Cacator caue malum / aut si contempseris habeas / Ioue iratum* (*CIL* IV, 7716). Encontrava-se juntamente com a repetição da advertência inicial por mais duas vezes (*CIL* IV, 7714-7715) na mesma parede, em letras brancas, à atenção de gente pouco asseada, tendo sido já objeto de estudos diversos (Della Corte, 1925, p. 67; Varone e Stefani, 2009, p. 273; Wachter, 2019, n.º 755). A este propósito, lembramos que, no contexto do Ocidente bracaraugustano, também na inscrição de Caldas de Vizela dedicada à deidade autóctone *Bormanicus* (*CIL* II, 2402 = *CECBpo*, 35) se assinala essa necessidade de não conspurcação, neste caso do próprio monumento votivo (Redentor, 2013, pp. 222-223; Encarnação, 2013, pp. 295-296).

Nos grandes banhos termais públicos de *Aquinqum*, na província romana da Panónia, alguns quilómetros a norte da cidade húngara de Budapeste, riscada no reboco de superfície pintada do *laconicum* (sala de banhos de vapor), resgatou-se a seguinte inscrição fragmentária, hoje perdida: —]N[3] / *ha/beat iratum / Iouem qui* [— (*TitAq-01*, 159 = *TitAq-03*, 132). Datável do século III, o caráter de advertência do registo epigrafado parece evidente, embora, infelizmente, não seja possível o seu entendimento global por não se encontrar completo. O diminuto fragmento foi descoberto nas escavações realizadas em finais de oitocentos e, então, Kuzsinszky (1889, p. 111) referia claramente que a inscrição lembrava a forma de maldição conhecida na epigrafia de *Pompei*, pela qual a ira de Júpiter e dos outros deuses recairia sobre aquele que profanasse o lugar em causa ou cometesse outros erros ou danos, mencionando, ainda, que quanto ao equipamento interior da sala em causa nada se poderia afirmar com certeza absoluta.



Figura 9. Armando Redentor (primeiro plano) e Paulo Lemos (segundo plano) durante o processo de análise da inscrição no terreno.

A expressão reconhece-se também num contexto habitacional no âmbito da *Germania superior*. Na localidade francesa de Villards-d'Héria, no departamento de Jura, surgiu, no contexto de escavações no Champs des Tras, num nível habitacional anterior à segunda metade do século II, um fragmento de vaso de pasta negra, esgrafitado, sob o bordo, com o seguinte texto: *[E]udemi Ioue(m) iratu(m) habe[as]* (Morel, 1974, p. 416 = *AE*, 1974, 438). A palavra inicial é restituível como antropónimo respeitante ao dono deste objeto cerâmico: *Eudemus*. É este um nome grego com atestação segura em Itália e diversos âmbitos provinciais (Lörincz, 1999, p. 125; Solin, 2003, p. 63). A estrutura textual muito simples tem, salvaguardadas as diferenças de contexto funcional e de suporte, grande proximidade com a de Cristelos.

Não obstante, o exemplo bracaraugustano qualifica Júpiter de *Maximus*, um epíteto comum nas inscrições que lhe são dedicadas regionalmente, mas correntemente associado a *Optimus* (Redentor, 2017, I, pp. 550-564). A opção de não se incluir este último qualificativo talvez tenha o propósito de ressaltar a grandeza do *pater Deorum* e não necessariamente o seu aspeto de divindade favorável, pois é precisamente uma faceta colérica que importa realçar na natureza imprecavativa do texto. O entendimento da cólera de Júpiter seria como potencialmente prejudicial ou destrutiva e evidentemente a sua manifestação estaria particularmente ligada à componente celeste e atmosférica, sendo uma divindade soberana que é também relacionada com os fenómenos naturais (Koch, 1937; Fears, 1981; Grupo Tempe, 1998, pp. 315-353). Será interessante apontar que, por exemplo, Tito Lívio (8.6.3), a propósito do episódio em que *Lucius Annius* de Setia propõe

no Senado uma divisão do poder político entre os romanos e os latinos, no âmbito da Guerra Latina, refere a tempestade e o trovejar como manifestações da *ira deum*.

Este modo de imprecação encontra-se também epigraficamente documentado com outros deuses e deusas, estendendo-se a contextos muito diferentes, desde funerários a profanos, não só no espaço público. Exemplificativamente, refiram-se o deus Marte (AE, 1949, 48), no arco de triunfo de Djebba (*Africa proconsularis*), com sentido próximo ao referido no caso de *Pompei*, o *genius populi Romani*, em contexto funerário na cidade de Roma (CIL VI, 29944); a deusa *Isis*, em idêntico contexto e também na *Vrbs* (CIL VI, 24760); a Vénus Pompeiana, em inscrição parietal de *Pompei* (CIL VI, 538); ou o nume indígena *Duagena*, em urna cinerária de *Lucus Augusti* (AE, 2011, 516 = AE, 2013, 875), no ocidente hispânico.

É de notar que a cronologia avançada como possível para a inscrição da encosta do Castro de São Domingos vai ao encontro do apogeu do culto de Júpiter no Ocidente brácario (Redentor, 2017, I, p. 564).

3. Considerações contextuais finais

É desconhecida a organização espacial associada à encosta do Castro de São Domingos no setor em que se localiza o afloramento epigrafado para qualquer período da diacronia ocupacional do povoado, pelo que nos será, por ora, vedado conhecer qual a exata natureza do bem que aí está a ser resguardado. No entanto, há um dado que trazemos à colação de forma especulativa e que se prende com a cartografia do índice de explorabilidade de corneana, elaborada a propósito do estudo de materiais pétreos empregues na designada Casa Romana. Este índice de explorabilidade – que quantifica, numa perspetiva geográfica, a topografia, a facilidade de transporte e o grau de cobertura da rocha – aponta uma área de elevado potencial (vertente sudoeste e base sudeste do monte) que abraça a localização da inscrição, integrada num nível classificado como aceitável. Desse estudo resulta também a perceção de que a localização provável das “pedreiras”, entre a Idade do Ferro e a época romana, revela uma variação altimétrica coincidente com a reorganização da ocupação, deixando-se de explorar corneana a cotas mais elevadas para se usar o granito existente a altitudes inferiores. Nota-se também que, por variação do tipo de material usado, houve uma deslocação das extrações para leste, possivelmente a partir do século I d.C. (Novais, *et al.*, 2014, p. 215).

Não obstante, observam-se na encosta, inclusive junto à superfície epigrafada, marcas esparsas de exploração, que aproveitaram a família de fraturas aí existentes, pelo que não podemos deixar de avançar a hipótese de a inscrição estar aí a salvaguardar a propriedade de uma área passível de exploração daquele recurso pétreo. De facto, no afloramento são visíveis diferentes momentos de desmonte, que variam de cronologias mais antigas a extração recente de carácter incipiente. Os desmontes recentes são caracterizados por cavidades decimétricas de arestas vincadas e planos com ausência quase

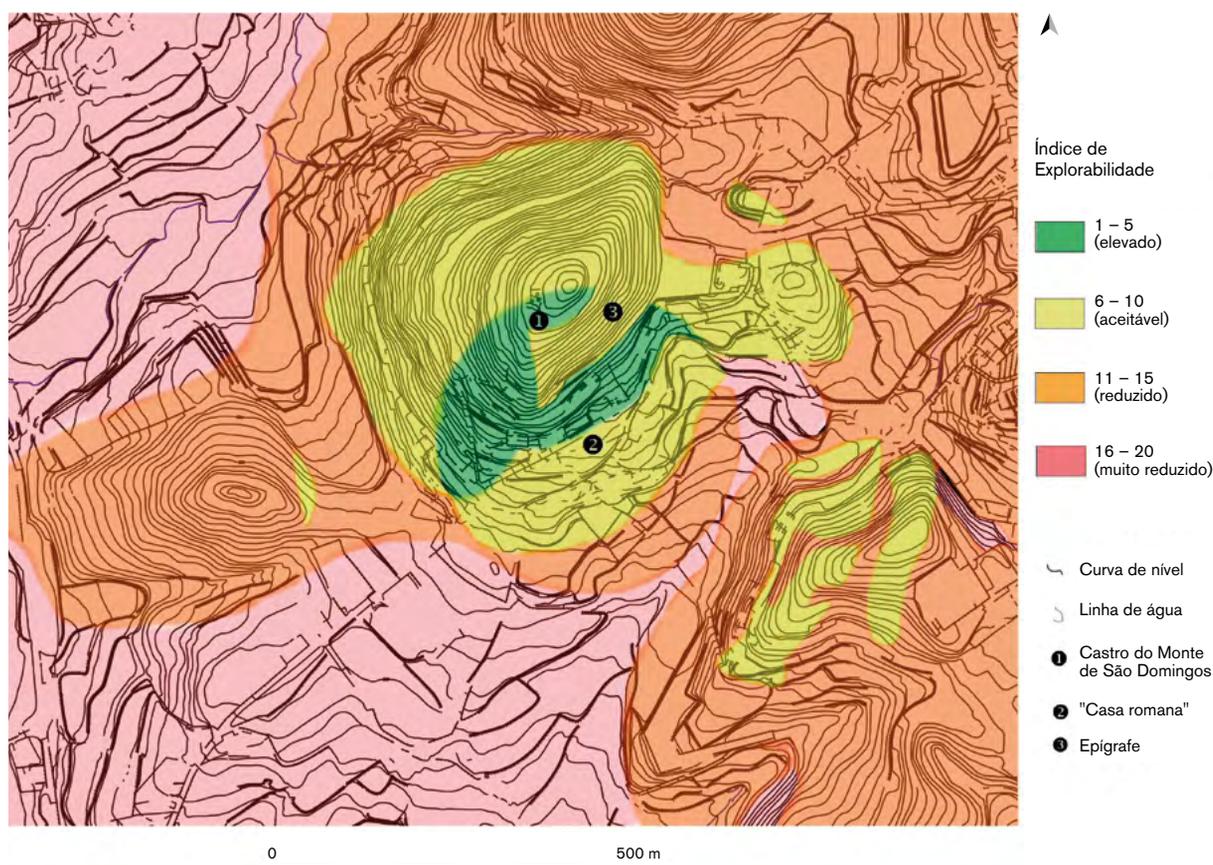


Figura 10. Potencial extrativo da região em estudo, calibrada para o contexto da Idade do Ferro.

total de pátina. A extração mais antiga é testemunhável pelas depressões com arestas e com pátina nas superfícies. Considerando as corneanas integrantes da litologia regional, mais resistente à erosão, o arredondamento de formas só é possível mediante a exposição prolongada aos elementos, quantificável, no caso concreto, em séculos. Assim, não é de excluir uma relação de contemporaneidade entre estes desmontes mais antigos e a produção da epígrafe. Esta, como se explicou, corresponde a uma marca de propriedade associada a parcela que importaria manter salvaguardada de interesses ou atos alheios, pelo que se lhe associa uma advertência imprecativa.

A excepcionalidade deste registo epigráfico é manifesta à luz do conhecimento compilado até ao presente, mas, evidentemente, as atitudes imprecativas estiveram muito patentes nos quotidianos do mundo antigo que apenas achados como este do Castro de São Domingos permitem ir restituindo.

Referências bibliográficas

Abascal Palazón, J. M., 1994. *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia – Madrid: Universidad de Murcia – Universidad Complutense de Madrid.

AE = *L'Année épigraphique*, Paris, 1888-

Alarcão, A. M., 1958. *Sigillata* hispânica em museus do Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*, 68(3-4), pp. 249-315.

CECBpo = Redentor, 2017 (vol. 2, catálogo).

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berolini, 1863-

Cortez, F. R., 1957. Lápides romanas do Museu de Chaves. *Viriatis*, 1(2), pp. 99-113.

Costa, A. C., 1706. *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro*. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & à sua custa impresso.

Della Corte, M., 1925. *Pompeii: The new excavations (houses and inhabitants)*. Valle di Pompei: Tip. di F. Sicignano.

Dias, L. T., 1997. *Tongobriga*. Lisboa: Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico.

Encarnação, J. d', 2013. Apostilas epigráficas – 3. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, pp. 293-302.

Fears, J. R., 1981. The Cult of Jupiter and Roman Imperial Ideology. In: H. Temporini e W. Haase, eds., 1981. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt. II. 17. 1. Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung. II*. Berlin – Nova Iorque: De Gruyter. pp. 3-141, 1201-1255.

Fehér, B. (2011). *Tituli Aquincenses, volumen III: Tituli instrumenti domestici* (Tituli Aquincenses, ed. P. Kovács). Budapeste: Pytheas.

Grupo Tempe, 1998. *Los dioses del Olimpo*. Madrid: Alianza Editorial.

Herculano, A., 1897. *Portugaliae monvmenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. Vol. I, fasc. IV-V. Lisboa: Typis Academicis.

Koch, C., 1937. *Der römische Juppiter*. Frankfurt Am Main: Vittorio Klostermann.

Kovács, P. e Szabó, Á., 2009. *Tituli Aquincenses, volumen I: Tituli operum publicorum et honorarii et sacri*. Budapeste: Pytheas.

Kuzsinszky, B., 1889. A legújabb aquincumi ásatások, 1887-1888. *Budapest Régiségei*, 1, pp. 38-170.

Lanhas, F., 1971. Lousada: Arqueologia. *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura. Volume 12*. Lisboa: Editorial Verbo. pp. 574-575.

Leal, A. S. A. B. P., 1874. *Portugal antigo e moderno : Dicionario Geographico, Estatístico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notaveis, por serem patria d'homens celebres, por batalhas ou noutros factos importantes que nellas tiveram logar, por serem solares de famílias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza, alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestígios ou somente a tradição*. 2. Lisboa: Mattos Moreira & companhia.

Lemos, P. A. P., 2020. "Casa romana" do Castro de São Domingos (Cristelos, Lousada): escavação, estudo e musealização. In: J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins, 2020. *Arqueologia em Portugal: 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM. pp. 1277-1290.

Lemos, P. A. P., Nunes, M. e Leite, J., 2015. *A "Casa Romana" do Castro de São Domingos: intervenção arqueológica e valorização patrimonial. Relatório final*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Lemos, P. A. P., Nunes, M. e Magalhães, B. M., 2023. A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal). In: J. M. Arnaud, C. Neves e A. Martins, 2020. *Arqueologia em Portugal: 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEACAP, CEIS20 e IA-FLUC. pp. 993-1008.

Lemos, P., 2019. Escavação, estudo e musealização da “Casa Romana” do Castro de São Domingos”: resultados preliminares da 5.ª campanha. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 11, pp. 38-76.

Lemos, P., Nunes, M. e Magalhães, B., 2021. A necrópole medieval da Casa Romana do Castro de São Domingos (Lousada): resultados preliminares das campanhas de escavação 2017-2021. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 13, pp. 6-37.

Lörincz, B., 1999. *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum, II: Cabalicius – Ixus*. Viena: Forschungsgesellschaft wiener stadarchäologie.

Lörincz, B., 2000. *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum, III: Labareus – Pythea*. Viena: Forschungsgesellschaft Wiener Stadarchäologie.

Lörincz, B. e Redö, F., 1994. *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum, I: Aba – Bisanus*. Budapeste: Archaeolingua Alapítvány.

Morel, J. P., 1974. Circonscription de Franche-Comté. *Gallia*, 32(2), pp. 401-426.

Novais, H., Lemos, P., Leite, J. e Nunes, M., 2013. Os materiais pétreos da “Casa Romana” (Cristelos – Lousada). Origem e implicações no ordenamento do território. In F. A. L. Pacheco, *et al.*, eds. *Atas do VII Seminário – Recursos geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território, RGAOT’13*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. pp. 135-143.

Novais, H., Lemos, P., Leite, J. e Nunes, M., 2014. As rochas da “Casa romana” (Cristelos – Lousada): variação cronológica da sua tipologia e origem. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 7, pp. 211-216.

Nunes, M., Lemos, P., Leite, J., Novais, H. e Oliveira, A., 2011. Estruturas negativas da “Casa Romana” do Castro de São Domingos (Lousada): as fossas escavadas no saibro. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 5, pp. 61-84.

Peixoto, F. A., Pe., 1913. Louzada: sua origem e antiguidades. *Jornal de Louzada*, 309, p. 1.

Pinto, J. M., 2008. Do castro de S. Domingos a Meinedo: proto-história e romanização na bacia superior do rio Sousa. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, número especial, pp. 45-63.

Redentor, A., 2013. Testemunhos de *Reue* no Ocidente brácario. *Palaeohispanica*, 13 (= *Acta Palaeohispanica XI*), pp. 219-235.

Redentor, A., 2017. *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2 vols.

Santos, F., 2023. [Concelho de Lousada com a indicação do Castro de São Domingos]. [imagem] (Lousada, Câmara Municipal de Lousada).

Sarmento, F. M., 1989. Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmento. Informes, reconhecimentos e prospeções. *Revista de Guimarães*, 99, pp. 16-66.

Silva, A. C. F., 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins – Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Solin, H., 2003. *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch, zweite, völlig neu bearbeitete Auflage*. Berlim – Nova Iorque: De Gruyter.

Sousa, L., 2022. Paisagem proto-histórica no concelho de Lousada. *Oppidum – Revista de Arqueologia, História e Património*, 14, pp. 48-87.

TitAq-01 = Kovács e Szabó, 2009.

TitAq-03 = Fehér, 2011.

Varone, A. e Stefani, G. (2009). *Titulorum pictorum Pompeianorum qui in CIL vol. IV collecti sunt: imagines*. Roma: L'Erma di Bretschneider.

Vieira, J. A., 1887. *O Minho Pittoresco. Tomo 2*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira.

Wachter, R., 2019. *Pompejanische Wandinschriften*. Berlin – Boston: De Gruyter.